

ATA DA 032ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2015  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Nei Ascari - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Fernando Coruja, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, ontem tivemos uma importante votação no Senado, que diz respeito à reforma política. Uma das reformas mais faladas, esperadas e que cria mais expectativa no Brasil de que possa melhorar o nosso país é a reforma política. Entretanto, quando falamos em reforma política, temos uma série de alterações que, muitas vezes, são de difícil compreensão em relação ao impacto que haverá, e não encontram unanimidade no país.

Muitos setores da sociedade apontam que o principal problema do país é o financiamento, e discute-se a possibilidade de financiamento público, de acabar com o financiamento empresarial. Parece-me que isso é importante, mas é um falso dilema porque, independente do modelo que se tenha, se o financiamento é público ou privado, vai-se acabar continuando tendo os mesmos problemas que passam pelo caixa dois, pelo financiamento que vem fora da contabilidade oficial e que não se modifica por lei. Isso envolve questões culturais, questões relativas à fiscalizações, etc.

Eu acho que a principal modificação que o Brasil pode fazer no seu sistema eleitoral para aperfeiçoá-lo e para avançar começa pelo que foi aprovado, ontem, no Senado, que é o voto distrital.

Não é à toa que os países desenvolvidos do mundo, como Estados Unidos, Alemanha, França - a Itália, na década de 90, tinha um voto proporcional e avançou para o voto distrital -, têm o voto distrital. O projeto de lei aprovado, ontem, no Senado vai sofrer questionamentos, inclusive da sua constitucionalidade, tendo em vista que a Constituição brasileira fala que a eleição para o Legislativo é proporcional. Evidentemente que os vereadores também fazem parte desse contexto. Eu acho que ele vai ser contestado judicialmente. Ele prevê que, nos municípios com mais de 200 mil eleitores, a eleição para vereador vai ser feita por distrito.

Quais são as vantagens do voto distrital? O voto distrital faz com que a liderança daquele distrito seja prestigiada. O voto distrital acaba fazendo com que os partidos políticos se solidifiquem. Não há dois ou três partidos políticos, na maioria dos lugares do mundo, porque há cláusula de barreira. Há, sim, porque o voto é distrital, que leva a menos partidos. O voto distrital faz com que, necessariamente, participe-se da vida partidária, e isso ou acaba com os partidos políticos ou os fortalecem. Os partidos políticos precisam ser fortalecidos. No voto

distrital, necessariamente é preciso participar da vida partidária para que se possa, dentro do contexto partidário, avançar nas suas ideias e ser eleito.

O voto distrital sofre algumas críticas. Quais são elas? Uma, muita comum, é a que não há renovação, porque as pessoas, dentro do processo político, como têm uma influência muito grande, acabam perpetuando-se. Bom, isso é verdade! O voto distrital favorece que haja a reeleição de determinadas pessoas, mas não é diferente do voto proporcional. O voto distrital faz isso, mas no voto proporcional ocorre mais ou menos a mesma coisa. É muito difícil a pessoa não se reeleger. Quando o deputado está no mandato, é muito difícil não se reeleger. Ele se reelege, às vezes, pelos piores mecanismos. Por que ele se reelege? Não é pelo prestígio! De repente, ele tem 500 votos num município, em outro lugar onde ele nunca apareceu, e evidentemente não é por serviços prestados. Outros mecanismos vão acabar tendo influência nessa decisão.

Então, o voto distrital aproxima o cidadão do eleitor e cria um sistema político no país que fortalece os partidos pela cláusula de barreira.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Pois não! Concedo um aparte a v.exa., deputado Ismael dos Santos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Fernando Coruja, esse tema já vem sendo há muito tempo debatido no Brasil, inclusive nesta Casa, e é preciso fazer alguns esclarecimentos. Primeiro, existem diferentes modalidades de voto distrital, principalmente da Alemanha e dos Estados Unidos. Na Alemanha tem-se o voto distrital misto, diferente dos Estados Unidos, que é o voto distrital puro. Se a eleição fosse para deputado estadual, no voto misto tem-se a possibilidade de votar em dois deputados, um pela região e o outro de forma estadualizada. Quer dizer, o eleitor teria direito a dois votos para deputado estadual.

O que se está propondo, hoje, no Senado Federal, e que passou, na verdade, por uma comissão e agora vai a Plenário na Câmara Federal, é o voto distrital para vereadores em cidades acima de 200 mil habitantes. E aí há uma preocupação, e o voto distrital é puro, como se está propondo hoje. O número de distritos será dividido pelo número de vereadores. Em Lages, por exemplo, temos 19 vereadores. Quer dizer, teríamos 19 distritos representados. Mas também, deputado Fernando Coruja - e v.exa. vai pelo viés do fortalecimento dos partidos -, há uma contra-argumentação, porque se acaba elegendo o candidato mais votado no distrito, independente da sua legenda, do seu partido e do seu segmento.

Então, essas são questões que precisam ser debatidas, e acredito que esse debate vai-se prolongar. Eu não imagino que para as eleições de 2016 já tenhamos condições de ter essa modalidade de votação no país.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Agradeço a v.exa. pelo aparte, deputado Ismael dos Santos.

Evidentemente que o assunto é polêmico, mas o fortalecimento dos partidos dá-se exatamente por isto: como é eleito o mais votado, a tendência, no médio prazo, é que os partidos políticos maiores se fortaleçam.

Nos Estados Unidos há 300 partidos, mas somente dois ficam fortes, porque são eles que conseguem eleger as pessoas.

Evidentemente que conhecemos o voto distrital misto alemão, e o voto distrital italiano encaminha nessa linha. O francês é puro, o americano é puro. Eu, particularmente, acho que o voto deveria ser distrital simples. O voto distrital misto é um voto que, culturalmente, na Alemanha se fortaleceu. O Partido Verde, depois de muito tempo, acabou elegendo representantes.

Agora, no Brasil, a ideia de um voto distrital misto seria apenas para tentar amainar a questão. Eu já radicalizaria. Acho que o voto distrital puro seria uma alternativa. O modelo que está colocado desagrada a todo mundo. Nós podemos

justificar aqui e acolá, mas ele desagrade a população e não fortalece.

Não é possível fazer mudanças, deputado Ismael dos Santos. Por exemplo, vamos fazer um debate colocando a sua situação. V.Exa. é um forte líder religioso, um deputado forte que trata de vários assuntos, e evidentemente que v.exa. se elege muito em função de uma fatia do eleitorado. Se vier o voto distrital, evidentemente que v.exa. teria que participar mais da atividade partidária, isso seria necessário. Eu acho que continuaria se elegendendo, mas teria que ter um viés mais partidário. É por isso que é necessário.

É importante que haja representantes do setor dos policiais, dos setores religiosos, mas é preciso que, mesmo sendo representante desses setores, ele participe ativamente da vida política partidária, porque há mudanças que têm que ser feitas via partido, porque senão não se faz mudanças. Se quiser fazer uma reforma trabalhista, não se faz, porque o partido não vota naquilo.

No Congresso Nacional, cada pessoa é uma instituição. Não é possível fazer política em que cada um é a sua própria instituição. Nós precisamos fortalecer os partidos para que se possa fazer mudanças, quando elas forem necessárias.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, eu gostaria de reforçar o convite aos deputados presentes neste momento para a reunião da Frente Parlamentar das Micro e Pequenas Empresas, que se vai realizar hoje, às 10h30, com a presença de representantes das entidades de Santa Catarina, na Sala de Imprensa da Assembleia Legislativa.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Tendo em vista uma troca estabelecida entre os deputados Darci de Matos e Rodrigo Minotto, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Rodrigo Minotto.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, hoje quero fazer um discurso diferente em homenagem ao meu município, Forquilha.

(Passa a ler.)

"Todos sabemos que num país continente como o nosso, por mais que se faça, nunca será suficiente, mas ajudaria bastante se, ao invés de amplificarmos nossas mazelas, arrumássemos mais tempo para compartilhar nossos progressos, cuidando de inundar as mentes e corações da energia positiva que nos leva para frente.

Trago hoje aqui um exemplo de como, a despeito dos obstáculos e de uma sucessão de contratemplos, uma comunidade pequena, movida por uma grande causa e fé nos seus objetivos, atingiu, enfim, o status e a relevância que tem hoje: Forquilha!

O dia 26 de abril assinala os 26 anos de emancipação política de Forquilha, situada às margens do rio Mãe Luzia e localizada na mesorregião sul de Santa Catarina. Forquilha tem, hoje, 24.694 habitantes (IBGE) e integra a Associação dos Municípios da Região Carbonífera (Amrec).

Lá estou criando e educando as minhas filhas. Lá moraram os meus pais. Lá aprendi a importância da solidariedade, da temperança, do valor da família, da participação política, de lutar pelo bem-estar das pessoas e tornei-me o que sou hoje: o seu representante nesta Casa.

Forquilha, que já deu ao país tantos nomes de importância pelas causas sociais e humanitárias que abraçaram, como o cardeal dom Paulo Evaristo Arns, Zilda Arns - a sua irmã da Pastoral da Criança -, o atual secretário da CNBB, dom Leonardo Steiner, professores eméritos, engenheiros ilustres, médicos de estirpe, advogados e todo um elenco de profissionais liberais da melhor qualidade, e apesar de tão bem

representada há tanto tempo, teve que enfrentar uma duríssima luta para conseguir sua autonomia política e administrativa.

Tudo começou quando a antiga comunidade, a vila de Forquilha, lutava para ser distrito na década de 1950. O projeto que tratava da matéria dormia em alguma gaveta da Câmara Municipal de Criciúma, até que o então vereador Alfredo Arns fez uma declaração desengavetadora: 'Se o projeto não andar, eu não volto mais aqui'. A tática de Alfredo funcionou e o distrito nasceu em abril de 1959. Após 30 anos, coube ao então governador em exercício, Casildo Maldaner, sancionar o projeto de emancipação de Forquilha. Era 26 de abril de 1989. Estava criado, enfim, o município de Forquilha. Em 1º de janeiro de 1990, assumia como primeiro prefeito o meu companheiro de luta e de partido, Vanderlei Ricken, que durante cerca de dez anos presidiu o movimento emancipacionista. Foi, sem dúvida, a convergência e a união de esforços que fez do município uma referência.

Forquilha tem uma economia bastante diversificada. São indústrias de grande e pequeno porte de agronegócios, empresas de tratamento de minerais, empresas de vestuário e do setor metal-mecânico e destaca-se como o maior produtor de arroz de Santa Catarina e pelo alto índice de desenvolvimento humano, de acordo com o PNUD.

Agora, passados 26 anos daquele feito histórico, coube a este parlamentar, adolescente à época em que os fatos se desenrolaram, revisitar os fatos e fazer esta pequena tradução dos acontecimentos, que ainda estão vivos na memória dos protagonistas daquela saga inesquecível.

Por isso, sou grato ao povo de Forquilha e sinto orgulho da minha terra, da devoção de sua gente trabalhadora, de seus filhos mais ilustres, da sua gente hospitaleira.

Daqui desta Casa presto aos meus conterrâneos de Forquilha a minha homenagem. Parabéns à terra que me adotou desde criança. Parabéns, Forquilha! Parabéns, povo de Forquilha! Parabéns, cidade cidadã!"

O Sr. Deputado Natalino Lázare - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Pois não!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Gostaria de cumprimentar o ilustre deputado Rodrigo Minotto e parabenizar o seu município.

Gostaria de dizer que fico fascinado quando ouço alguém com essa vibração, coragem e determinação falar sobre a importância do município. O deputado Fernando Coruja tem um projeto nesta Casa, e eu faço parte desse grupo de parlamentares, em relação ao pacto federativo. Entramos novamente na discussão da valorização dos municípios.

O meu conceito é muito simples e vem ao encontro disso que v.exa. está falando: no momento em que a federação, o estado, incrementar mais recursos para os municípios, eles irão crescer. Por exemplo, se Forquilha resolver o problema de habitação, estará ajudando a resolver o problema da habitação do Brasil; se Forquilha resolver o problema da economia, estará ajudando a resolver o problema da economia do Brasil.

Então, o fortalecimento dos municípios, na condição de hoje, na estrutura de hoje, é intransferível.

Por isso, parabéns a Forquilha e parabéns a v.exa. pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Muito obrigado, deputado Natalino Lázare.

Eu também quero estender os meus parabéns e cumprimentos ao município de Timbó Grande, que no dia 26 de abril comemora os seus 26 anos de emancipação político-administrativa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Darci de Matos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero saudar os srs. deputados, as sras. deputadas, os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Sr. presidente, v.exa. atende a todo estado, mas atua mais na Grande Florianópolis, onde não há plantação de banana. Mas no sul do estado e, especificamente, no norte de Santa Catarina a bananicultura é uma atividade de fundamental importância para a nossa economia. Nós temos, em Santa Catarina, 60 mil produtores de banana e esses fazem parte da chamada agricultura familiar.

No Brasil, deputado Antônio Aguiar, são 250 mil produtores de banana. No planalto, que é um pouco mais frio, não há plantação de banana, mas no litoral, sim. Por exemplo: em Corupá e Garuva, se tirarmos a bananicultura, o movimento econômico desses municípios certamente cairá em 50%, 60% ou 70%. A plantação de banana segura a economia de dezenas de municípios de Santa Catarina e do Brasil.

V.Exa. tem atuado muito também na nossa região: Joinville, Corupá, Massaranduba, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Schroeder, Garuva, São Francisco do Sul.

Ontem, tivemos uma audiência em que fomos, excepcionalmente, recebidos pela ministra da Agricultura, Kátia Abreu. Estavam presentes nessa audiência lideranças da bananicultura do Brasil, como cooperativas, pesquisadores, prefeitos, vereadores, e de Santa Catarina estavam presentes o senador Dário Berger; os deputados federais João Rodrigues, Marco Antônio Tebaldi, Valdir Colatto e Mauro Mariani, o senador Álvaro Dias, enfim políticos do Brasil inteiro.

Fomos, mais uma vez, tratar com a ministra da Agricultura a respeito da possibilidade, e que nos assusta, da importação da banana do Equador, deputado Fernando Coruja. Mais uma vez, esse assunto voltou à pauta. O embaixador do Equador está fazendo pressão junto aos ministérios.

Fomos lá, deputado Natalino Lázare, argumentar com a ministra, levar informações e dizer que, se acontecer a importação da banana do Equador para o Brasil, teremos dois grandes problemas. O primeiro diz respeito ao preço porque lá a banana é produzida por grandes grupos americanos. E o segundo, e mais grave do que o primeiro, diz

respeito à questão fitossanitária, porque a banana equatoriana tem virose e a doença da sigatoka-negra, que é uma doença que, através da fruta, pode infestar, dizimar os nossos bananais, o que seria uma catástrofe porque 250 mil agricultores da agricultura familiar teriam problemas econômicos e, sobretudo, social.

Vejam, senhores, que no Equador eles fazem 70 aplicações do produto por ano. No Brasil fazemos aproximadamente sete aplicações. Portanto, estamos correndo o risco iminente de infestarmos os nossos bananais com a doença da sigatoka-negra.

Esse relatório da Embrapa já foi apresentado ao ministério da Agricultura, a ministra recebeu-nos muito bem e estão analisando. E ao final da audiência ela disse: "Voltem para os seus estados e continuem produzindo a banana".

Nós temos a melhor banana do mundo. A banana faz parte da nossa mesa, é uma das frutas mais consumidas no Brasil, e 95% da produção são para o consumo interno. Nós exportamos somente 5%.

Então, essa audiência foi importante, pois fizemos lá uma exposição técnica com professores, pesquisadores e cientistas expondo ao governo federal o perigo que estamos correndo com a importação da banana. Nós saímos de lá esperançosos. A ministra foi muito solícita, atenciosa e, com certeza, vamos, mais uma vez, sepultar definitivamente essa possibilidade da importação da banana do Equador.

Estavam presentes também, deputado Antônio Aguiar - e v.exa. conhece bem - o presidente e a secretária executiva da Asbanco - Associação Bananicultores de Corupá. Na oportunidade, ela fez uma exposição magnífica, argumentando do perigo que estamos correndo com a importação da banana.

Mais do que isso, sr. presidente, estamos, hoje, exportando bananas em caixas de madeira.

Há poucos dias estive, deputado Dalmo Claro, na cooperativa do Rio Novo, em Corupá, uma cooperativa organizada, que está crescendo muito. Deputada Ana Paula Lima, o deputado Décio Lima repassou para essa cooperativa uma emenda, que foi

muito bem utilizada na ampliação do galpão da cooperativa em Corupá.

E o associativismo, o cooperativismo, a organização dos bananicultores tem sido um dos fatores significativos no crescimento dessa atividade.

Eles me apresentaram lá as caixas de madeira em que transportam e exportam a banana, o que é um absurdo! E estão trabalhando a possibilidade da confecção de uma caixa de papelão, deputados Dalmo Claro e Natalino Lázare, para que possa ser facilitado o manuseio do produto e ele tenha uma melhor apresentação no momento de vender a banana.

Eles também apresentaram a possibilidade de interagirmos com o governo, deputado Antônio Aguiar - e vou fazer isso -, com a secretaria da Fazenda, para tentarmos a redução de um percentual do ICMS na fabricação das caixas de papelão.

Certamente os senhores devem estar pensando: "Mas num momento de crise falar em redução de ICMS da caixa de papelão"?! Eu explico que eles têm razão, porque, hoje, 95% das caixas de madeiras são confeccionadas num fundo de quintal, em atividades informais, e o governo ganha muito pouco de ICMS na fabricação dessas caixas de madeiras. E a fabricação da caixa de papelão será uma atividade formalizada, feita por empresas que estão formalizadas e recolhem ICMS. Portanto, 100% do ICMS da fabricação da caixa de papelão vão ser recolhidos para o caixa do governo. Se houver uma redução no ICMS, mesmo assim o governo vai arrecadar muito mais e vamos incentivar a apresentação do nosso produto de forma profissional, com melhor qualidade e assim por diante.

Então, esse é um assunto de fundamental importância para Santa Catarina e o Brasil.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Eu gostaria de parabenizar v.exa. pelo seu depoimento, deputado Darci de Matos. Penso que, quando se fala em agricultura familiar, é um assunto de suma importância.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Leonel Pavan, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero aqui saudar os telespectadores da TVAL e todos os nossos amigos do oeste de Santa Catarina, pessoas que estão envolvidas no processo de recuperação das cidades atingidas por essa catástrofe que abalou o nosso estado e sensibiliza todo o Brasil.

Inúmeras pessoas têm-nos ligado dizendo que estão aflitas porque até o momento o socorro tem sido feito através da própria população. Pessoas, sensibilizadas, estão contribuindo com algum material para a construção e com utensílios domésticos, equipamentos e alimentação, amenizando um pouco a dor daquele povo que foi afetado por esse tornado.

Porém, entendo que os governos constituídos, estadual e federal, deveriam agir com maior rapidez, porque existe a burocracia na questão relacionada à liberação de recursos, mas também existe a questão da emergência, que dá a facilidade e agilidade para os governos atenderem rapidamente aqueles que são afetados por fenômenos como esse.

A burocracia, infelizmente, atrapalha nesse sentido, mas a dor daqueles que foram atingidos precisa ser amenizada, e o governo tem que agir muito rápido.

Por isso, estou fazendo esse apelo a todos os setores do governo do estado de Santa Catarina. É claro não estamos conseguindo atingir o governo federal, mas, se pudéssemos ser ouvidos, gostaria de pedir que o governo não faça apenas a visita e a promessa, pois a questão tem que ser resolvida rápida, urgente e eficazmente.

Portanto, neste pronunciamento, deixo a solicitação dos moradores da região do oeste - e a catástrofe atingiu a Xanxerê e também a nossa querida Ponte Serrada.

Srs. deputados, inúmeras vezes, ao usar esta tribuna para falar justamente sobre a minha cidade, Balneário Camboriú, e o centro de eventos, disse o seguinte: água mole, em pedra dura, tanto

bate até que fura. Fui governador, já fui prefeito e, às vezes, a insistência de uma reivindicação é tão grande que o Executivo acaba atendendo-a para não falarem mais sobre o assunto.

Na questão do centro de eventos, poderia dizer que, hoje, estamos sendo atendidos e poderia cumprimentar e aplaudir o governador Raimundo Colombo.

Ele esteve, recentemente, lançando a pedra fundamental do início da obra de uma etapa da Udesc, de Balneário Camboriú, e, na oportunidade, disse que lançaria o edital para o início das obras do centro de eventos daquele município. O governador foi muito claro quando disse que, se não lançasse o edital, poderíamos perder os recursos do governo federal, que ultrapassam R\$ 50 milhões.

Realizando um estudo, percebemos que realmente o edital ocorreu conforme a lei exige. Porém, estamos sendo alertados por um órgão de imprensa, *Jornal Página3*, que diz que o edital de licitação para construir o centro de eventos de Balneário Camboriú, publicado no último sábado, é ilegal.

Falei com o secretário Filipe Mello dois dias antes e pedi que fosse lançado o edital pois, caso contrário, perderemos os recursos. E quantas vezes estive aqui pedindo, inclusive, que o próprio líder comunicasse ao governo que poderíamos perder os recursos federais, caso não seguissemos os trâmites legais.

O secretário Filipe Mello me atendeu muito bem e disse que no dia seguinte o edital seria lançado. Realmente lançaram o edital e não tive problema nenhum em ir para as redes sociais elogiar essa atitude.

Uma notícia me chamou a atenção agora - e não procedi nenhum estudo ainda, mas minha assessoria está verificando se realmente ela é verídica -: o edital é ilegal. Ora, eu jamais vou duvidar que um órgão do governo tão importante vá fazer uma trapalhada desse porte, porque o edital tem os seus prazos a serem cumpridos.

Um leitor do jornal, e que foi também um dos meus assessores quando fui prefeito de Balneário

Camboriú, expert no assunto licitações, sr. Luiz Freitas, comunicou ao jornal que o edital é ilegal. Se for ilegal, perdemos os recursos para o centro de eventos, mas, repito, ainda duvido, e vou proceder a estudos para averiguar com mais atenção se realmente o que está no *Jornal Página3* é legítimo, é correto.

Ontem, ao consultar um técnico também no assunto, nos falou que há dois tipos de editais: um para 30 dias e outro para 45 dias. Se enquadrar no de 30 dias, estamos corretos; mas se enquadrar no de 45 dias, realmente é ilegal. Vamos torcer para que isso não tenha acontecido, porque seria mais uma falha gritante do governo perdendo recursos.

Fui atendido por Filipe Mello por telefone e ele me garantiu que tudo seria feito dentro do prazo legal e da legalidade exigida. Por isso, teci elogios.

Mas não terei problema nenhum em retornar a esta tribuna, fazer as cobranças e, se possível, tecer as críticas caso tenham realmente perdido o prazo e os recursos do governo federal.

Por outro lado, quero ainda chamar a atenção do governo do estado. Muitas vezes tenho feito críticas, mas muitas vezes tenho elogiado. É assim que quero proceder na tribuna: cobrar, mas também agradecer quando somos atendidos.

Em Itajaí, recebi uma manifestação dizendo que o Centro Integrado de Saúde é uma obra de suma importância e que o governo do estado ficou de repassar apenas R\$ 2 milhões e a prefeitura se comprometeu de investir R\$ 14 milhões na obra. Lamentavelmente, fomos comunicados que sequer os R\$ 2 milhões, e já se passaram anos e anos - foram depositados.

Nós já ouvimos aqui nesta Casa o próprio governador falar da estabilidade econômica do governo, e ficamos felizes porque acreditamos na sua gestão. Ele é um homem competente, um homem que tem dado a sua palavra. Mas, porém, muitas vezes, não cumprindo algumas assinaturas já realizadas, convênios assinados, deixa-nos livres para vir à tribuna e manifestarmos-nos contra atos

que iludem a população e até os gestores públicos no estado de Santa Catarina.

Os prefeitos assinam convênios, o governo assina convênio, os vereadores prestam homenagens, a imprensa publica a visita e a ação do governo e depois não acontece nada. Repito: usaremos a tribuna para elogiar, mas também para criticar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Por concessão do Bloco Frente Renovação, que seria o primeiro a usar o horário, hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até oito minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Bom-dia, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores a TVAL e ouvintes da Rádio Digital.

Quero informar, sr. presidente, que tive o prazer de estar, ontem, na minha cidade, Blumenau, para participar de uma solenidade da Polícia Militar, ocasião em que tivemos a oportunidade de ter uma mulher, a tenente-coronel Claudete Lehmkuhl, como sendo a primeira mulher no estado de Santa Catarina a presidir um comando. Isso nos honra muito, deputada Luciane Carminatti, porque tenho certeza de que a 7ª Região, que abrange 44 municípios e três batalhões, sendo Blumenau, Brusque e Rio do Sul, vai ter essa grande mulher, a tenente-coronel Claudete Lehmkuhl, que tem uma carreira maravilhosa. Ela é incentivadora de políticas e programas sociais, a exemplo do Proerd, do programa de cidadania que a Polícia Militar tem nos meios de comunicação.

Portanto, pela primeira vez a nossa cidade e região serão, sim, comandadas por essa mulher que venceu obstáculos, quebrou paradigmas. E nós recebemos a tenente-coronel Claudete Lehmkuhl de braços abertos.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Parabéns, deputada Ana Paula Lima, pelo seu pronunciamento.

Realmente a tenente-coronel Claudete Lehmkuhl, pela competência, capacidade e por tudo aquilo que v.exa. falou, merece assumir o comando. Mas a nossa região também merece uma pessoa tão engajada quanto ela.

Agora, esperamos poder lutar juntos pelo aumento do efetivo e das câmeras de vigilância, porque por mais competente que ela seja, deputada Ana Paula Lima, se não conseguirmos dar-lhe a condição necessária de aumento do efetivo, de tudo aquilo que precisa para fazer um bom trabalho, a competência dela não vai se sobrepor a essas dificuldades.

Então, temos que trabalhar em conjunto para que ela possa realmente ter não apenas a sua competência, mas também condições de trabalho. E esse é o nosso papel aqui.

Por isso, parabéns! Com certeza ela merece, mas também merece a nossa união em prol da região na questão da segurança pública.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Com certeza, deputado Jean Kuhlmann.

Mas nós, mulheres, quando alcançamos um cargo dessa natureza, foi por uma luta dura. Deputada Luciane Carminatti, não temos que dizer que somos boas. A todo o momento, temos que provar que somos ótimas em tudo que fazemos: mães, donas-de-casa, profissionais. E um cargo dessa natureza exige realmente muita competência e tenho certeza de que a tenente-coronel Claudete Lehmkuhl é merecedora dessa responsabilidade, pelo trabalho que exerceu durante toda a sua vida na Polícia Militar de Santa Catarina.

Mas o problema de segurança é um problema do estado de Santa Catarina. Em Blumenau, a cada dia, somos surpreendidos pela onda de assaltos, roubos e assassinatos na nossa cidade. Além do efetivo da Polícia Militar e da Polícia Civil, que precisa ser aumentado - e aqui faço um pedido aos deputados, principalmente da base do governo, para se somarem a essa voz -, faltam investimentos em

políticas públicas para a nossa juventude. E isso está faltando na nossa cidade.

Eu era presidente de uma organização social, a Promenor, que atendia a quase três mil crianças e adolescentes. Essa organização se desfez e hoje não temos programas para a nossa juventude e ela está à margem da marginalidade.

Esse é um informe que dou dentro do horário do meu partido, mas também não poderia deixar de ser solidária ao que aconteceu no oeste de Santa Catarina, no município de Xanxerê e também no município de Ponte Serrada.

Eu tenho certeza de que outros deputados vieram a esta tribuna, principalmente os deputados da região oeste de Santa Catarina, como a deputada Luciane Carminatti e o deputado Neodi Saretta, que estão presentes nesta sessão ordinária, falar sobre esse tema.

Mas Santa Catarina e o Brasil, srs. parlamentares, estão solidários à população do oeste do estado, que foi brutalmente atingida por tornado na última segunda-feira.

Os números atualizados pela Defesa Civil de Santa Catarina mostram que pelo menos dez mil pessoas foram afetadas pelo tornado que atingiu os municípios de Xanxerê, Ponte Serrada e Faxinal dos Guedes, nessa segunda-feira, por volta das 15h. Mais de mil pessoas estão desabrigadas e um balanço preliminar informa que 2.600 casas foram afetadas. A Defesa Civil divulgou também que 300 pessoas receberam atendimentos médicos, 120 estão hospitalizadas, e foram confirmadas até o momento duas mortes.

Um segundo tornado também ocorreu por volta das 16h de segunda-feira, na região de Ponte Serrada, cerca de uma hora depois de um tornado ter devastado a cidade de Xanxerê.

O Instituto Nacional de Meteorologia, após a análise de fotos e vídeos da destruição, confirmou que ambas as cidades foram atingidas por tornados, com ventos de aproximadamente 250km/h.

Ora, no nosso país nunca vimos isso! Vimos, através de filmes, por exemplo, acontecer nos Estados Unidos ou em outros países, mas no Brasil

acontecer catástrofes dessa natureza realmente é alarmante.

É a questão ambiental que está em jogo. Nós temos que estar atentos, sim, para essas questões. Esse rastro de destruição marca essas cidades, com casas destruídas e arrancadas do solo, vidas perdidas. Eu sou do médio vale de Itajaí, de Blumenau, e posso dizer que a minha região já está acostumada com essas tragédias climáticas. E sei exatamente o que essas famílias estão passando nesse momento.

É claro que queremos uma ação rápida do governo. Por parte do governo federal, a nossa presidenta Dilma Rousseff ordenou aos seus ministros apoio para a reconstrução. O ministro da Integração esteve em Santa Catarina, no município de Xanxerê, na terça-feira. Foi uma ação rápida do governo, o Exército Brasileiro destacou homens para ajudar aquela comunidade, aquela cidade, aquelas pessoas. O ministro do Trabalho, Manoel Dias, também esteve no local e disse que o Fundo de Garantia vai ser liberado para a reconstrução daquela cidade, dando um auxílio àquelas pessoas que perderam as suas casas.

Então, a nossa presidenta Dilma Rousseff foi ágil nesse momento. E houve também a decretação do estado de calamidade para que o município possa acessar recursos para reerguer aquela comunidade.

Eu tenho certeza de que o governo do estado e o governo federal têm que estar com os olhos voltados para aquela região que tanto sofre. O povo tem pressa, ele realmente não estava esperando uma catástrofe dessa natureza, mas nós, do Parlamento, e a nossa presidenta Dilma Rousseff vamos, sim, atender àquela comunidade que nesse momento está sofrendo muito.

Então, fica aqui a solidariedade da bancada do Partido dos Trabalhadores. E nós vamos estar atentos para que todos os recursos que forem deslocados para aquela região sejam, sim, investidos lá. Ficaremos atentos para que as doações do povo catarinense cheguem àquelas famílias e que não haja desvio de recursos.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Bloco Social Progressista - PP, PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Leonel Pavan, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, este horário estava reservado para outro parlamentar, e nós não vamos usar todo o tempo, mas queremos prestar aqui uma homenagem a um homem público que deixou saudades e orgulhou a classe política no Brasil.

Mário Covas, a pessoa a quem me refiro, deixou um legado para ninguém botar defeito. Na última terça-feira, dia 21, Mario Covas completaria 85 anos, e resta a todos os brasileiros lembrarem com orgulho do grande homem e exemplar político que foi o governador; um homem que construiu brilhantemente a sua carreira política baseado na ética e no respeito ao cidadão.

Faz falta um homem dessa magnitude, dessa grandeza, um homem que construiu brilhantemente a sua carreira, defendendo com unhas e dentes o interesse público, as pessoas, o bem-estar de cada cidadão de São Paulo e do Brasil.

Mário Covas, que completaria 85 anos na terça-feira passada, escreveu um livro. E entre as inúmeras frases e pensamentos seus - e não saberia dizer se esta é realmente sua, mas está em seu livro -, cito uma que diz: "Há homens que lutam um dia e são bons; há outros que lutam um ano e são melhores; há os que lutam muitos anos e são muito bons; mas há os que lutam toda a vida e estes são imprescindíveis".

Este é Mário Covas! E todos devem se recordar desde quando foi senador e depois governador de São Paulo.

Sr. presidente, aproveitando ainda o tempo que nos resta, queremos dizer nós nos manifestamos ontem sobre a unidade da Petrobras em Itajaí. Neste plenário, inúmeros parlamentares já falaram sobre a situação da Petrobras no Brasil. E nós, brasileiros, temos que defender essa instituição,

a Petrobras, porque ela é o orgulho de todos nós, brasileiros, mas que, infelizmente, nos últimos meses tem tido somente notícias ruins.

Hoje é mais um dia em que se fala em R\$ 6 bilhões de prejuízos da Petrobras. E falou-se dos R\$ 6 bilhões de desvios, de propinas pagas por essa instituição, o que a está levando para o fundo do poço.

Mas acreditamos no Brasil e nessa nova diretoria, e queremos acreditar que o governo brasileiro passará, definitivamente, a olhar com mais responsabilidade e a salvar essa instituição que mexe com o sentimento dos brasileiros.

Quero ressaltar que a unidade da Petrobras de Itajaí não tem nada a ver com a situação do Brasil, porque, felizmente, ela está sem nenhum problema e não foi citada em nenhum momento. Só que, de repente, o governo brasileiro e a diretoria da Petrobras resolveram fechar a unidade de Itajaí, e o seu fechamento não somente está gerando desemprego, mas também um desconforto enorme no setor empresarial, comercial, na economia da região da Amfri de Itajaí, de Santa Catarina e talvez até prejudicando o Brasil.

O argumento é de que agora grande parte dos funcionários será deslocada para Santos e que apenas 30% ficariam em Itajaí, em um escritório. Ora, se ficar apenas o escritório, daqui a pouco basta apenas um gesto, na calada da noite, para terminar com ele.

Então, quero convocar todos os parlamentares para, na segunda-feira, participarem de uma audiência pública em Itajaí, com a presença de deputados, vereadores, prefeitos, representantes dos setores empresarial e comercial para debaterem com os representantes da Petrobras e saber por que retirar a unidade de Itajaí, se ela está entre as cinco melhores do Brasil, produz e dá lucro. Existem outras duas ou três que não produzem tanto quanto a de Itajaí. E proporcional ao número de funcionários, ela é a unidade que mais produz em nosso país.

O sul do Brasil vai ficar desassistido porque essa unidade é do sul, e fica entre o Rio Grande

do Sul e Paraná. Em Santa Catarina, a cidade que mais cresce economicamente é Itajaí.

Nós, em conversa com o presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí, Luiz Carlos Pissetti; o prefeito Jandir Bellini; o sr. Glauco Côrte, presidente da Fiesc; e com outros representantes da sociedade, decidimos realizar uma audiência pública em Itajaí. Requeremos ao nosso presidente, deputado Gelson Merisio, e ele convocou todas as comissões - inclusive ele também estará presente, porque essa luta não é de um partido político e não tem cores partidárias. Essa luta é de todos nós!

Nós estamos passando ao largo com as notícias ruins, com os desmandos na Petrobras, e que o mundo inteiro comenta como o maior movimento de corrupção na história do país e um dos maiores do mundo. Mas nesse caso estamos defendendo uma unidade que continua orgulhando todos nós. E precisamos fazer com que o governo brasileiro se sensibilize e dê um passo atrás. Por que retirar de Santa Catarina, do sul do Brasil, uma unidade, a Unidade Sul, como é chamada, que somente tem recebido elogios? Mais de 400 voos anuais descem no Aeroporto de Navegantes para ir para a plataforma que pertence à unidade de Itajaí. E, de repente, estamos correndo o risco de ficar sem a unidade dessa empresa que nós tanto defendemos.

Por isso, fica aqui o convite para os deputados, se puderem, participarem dessa audiência pública na segunda-feira, na Câmara de Vereadores, ocasião em que estarão presentes prefeitos, vereadores, representantes de entidades, empresários, comerciantes, profissionais liberais. Inclusive, a Assembleia Legislativa levará toda a sua assessoria para dar a assistência devida.

Nós já fomos comunicados de que há uma decisão do governo e que já retirou, mas é possível que, juntos, unindo forças de todos os partidos políticos, de toda a sociedade catarinense e do Paraná, consigamos reverter. Não acredito que a presidente Dilma Rousseff seja insensível, que não tenha uma pontinha do seu coração dirigida ao sul

do Brasil, se ela quiser recuperar o prestígio que está tão abalado nessa região.

Por isso, faço o convite a todos os parlamentares para que estejam presentes nessa audiência pública, pois aquela unidade é de muita importância para a economia do nosso estado. Provavelmente, ela será às 16h, na Câmara de Vereadores de Itajaí. Trata-se de uma audiência pública convocada por esta Casa, pelo presidente Gelson Merisio, que também estará presente. E, independente de nós nos manifestarmos ou não, é importante que estejamos presentes para ser solidários ao povo de Itajaí.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Deputado Leonel Pavan, parabéns pela sua preocupação e pelo seu depoimento. Certamente que essa unidade da Petrobras, em Santa Catarina, representa muito para todo o estado na questão de emprego, bem como para a nossa economia e para a arrecadação de impostos.

Então, com certeza, este Parlamento fará a sua parte no sentido de fazer o apelo ao governo federal para que mantenha a unidade da Petrobras em Itajaí.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente em exercício, deputado Mario Marcondes, srs. deputados e sras. deputadas, venho hoje a esta tribuna para falar sobre o PMDB e o MDB.

Na segunda-feira, às 19h30, estaremos aqui na Assembleia Legislativa participando de uma sessão especial que marca os 49 anos de existência do PMDB.

(Passa a ler.)

"Há exatos 30 anos, no dia 23 de abril, aqui neste mesmo plenário da Assembleia Legislativa, foi homologado o primeiro Diretório Estadual do MDB, que se tornou PMDB a partir de 1980 e é o

mais longevo partido político em atividade no Brasil.

A bancada do PMDB tomou a iniciativa da realização de uma sessão especial, para qual estamos convidando todos os colegas parlamentares e, em especial, os peemedebistas, para participarem dessa importante sessão solene.

Nela vamos prestar homenagem a peemedebistas que tiveram importante participação na vida partidária. Cada deputado indicou um homenageado, ou segmento do partido da sua região de origem.

O meu homenageado será o sr. Paulo Eduardo da Rocha Faria, que foi um dos organizadores do MDB no município de Canoinhas e no planalto norte, foi vereador, presidiu o diretório municipal, foi prefeito e vice-prefeito do meu município de origem.

Também vamos homenagear, de forma coletiva, dois ícones do PMDB: os senadores Luiz Henrique da Silveira e Casildo Maldaner. Vejam: Casildo Maldaner, por sua trajetória de 52 anos de vida pública - ele que é o nosso presidente de honra -, e o senador Luiz Henrique da Silveira, por sua trajetória de 12 mandatos ininterruptos e por ser a figura marcante que é em nosso partido.

Quero prestar uma homenagem aos que integram a primeira Executiva, pessoas que deram a sua contribuição para organizar o MDB, hoje o nosso PMDB. O nosso primeiro presidente foi Doutel de Andrade, e o vice-presidente, Laerte Ramos Vieira. A primeira Executiva contava também com: Genir Destri; Henrique de Arruda Ramos; Walter Ziguelli; Haroldo Ferreira, que é do planalto norte e médico no município de Canoinhas - o dr. Haroldo foi um ícone, um político nato, foi deputado estadual e representou muito bem o planalto norte -; Paulo Macarini; Rodrigo Lobo; Evilásio Caon; Walmor de Oliveira e Germano Amorim. São nomes que demonstram como o nosso partido já nasceu forte em Santa Catarina."

Na verdade, convidamos os peemedebistas históricos, aqueles que fizeram história por Santa Catarina, para estarem presentes nessa sessão especial. E todos os deputados trarão os seus

homenageados para que possamos render as nossas homenagens a essas pessoas importantes que fizeram a história do PMDB.

O PMDB faz história em Santa Catarina e no Brasil há mais de meio século. Foi símbolo da resistência, há mais de meio século, ainda MDB, quando lutou pela redemocratização, a valorização popular e o voto popular. Ajudou de forma decisiva a criar novos parâmetros de organização social, estabelecendo a Constituição cidadã. E adiante trabalhou para viabilizar um país voltado para o futuro, em busca de um crescimento sustentável e com oportunidades para as novas gerações.

É um partido que sempre se renova, mas preserva, ao longo de sua trajetória, o compromisso com o povo, e reconhece quem fez os seus 49 anos de história, de debates, de lutas, eleições e muito trabalho para fazer a nossa sociedade ainda melhor.

Nós temos certeza de que essa homenagem que será prestada pelos deputados e pelas deputadas do PMDB representará a história do partido, e ela está sendo apresentada pela Rede Globo, nas várias inserções que foram feitas mostrando, através de Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Luiz Henrique da Silveira e outros ícones, o trabalho feito nas Diretas Já, em que o PMDB teve fator decisivo para a sua aprovação.

Certamente, a história do PMDB é rica. Hoje temos a maior bancada em Santa Catarina, mais de 800 vereadores catarinenses e a maior bancada de deputados federais. É o partido, proporcionalmente, mais forte em Santa Catarina. Portanto, vamos prestar uma homenagem ao maior partido do nosso estado, o PMDB.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PSD, os próximos minutos são destinados ao PDT.

(Pausa)

Na ausência do representante do PDT, queremos dizer ao deputado Leonel Pavan que acabamos de entrar em contato com o secretário Felipe Mello para falar sobre a sua manifestação com relação ao edital. Ele colocou todos os técnicos da secretaria à disposição deste Parlamento e informou que a modalidade é por preço unitário e não por tomada de preço. Isso por determinação e orientação da Caixa Econômica Federal. Ou seja, o prazo do edital está correto, é de 30 dias e não de 45 dias.

Portanto, temos certeza de que o nosso Centro de Eventos de Balneário Camboriú efetivamente vai sair do papel, sim, e vamos ter aquela grande obra para aquela comunidade.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, no meu pronunciamento, eu alertei que há dois tipos de editais: um edital que dá prazo de 45 dias e outro que dá prazo de 30 dias - é da Lei n. 9.666. Eu disse que preferia acreditar nos estudos do governo e fiz a defesa justamente nesse processo. Quando fiz críticas, há alguns dias, foi cobrando agilidade e cuidado para que não passasse o prazo.

Mas, como o jornalista mencionou a possibilidade de passar o prazo do edital, eu levantei esse assunto, mas preferi colocar a confiança no governo. Está confirmada a confiança, parabéns, e o centro de eventos de Balneário Camboriú deverá sair.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Deputado Leonel Pavan, estão esclarecidos os fatos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0080/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Só para esclarecimento, eu pergunto se há uma moção que será encaminhada a presidente Dilma Rousseff?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Sim, ela está na pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0253/2015, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso; e 0260/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti.

A Presidência também comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0283/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0284/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0285/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Está Presidência submete à deliberação do Plenário as seguintes matérias:

Requerimento n. 0282/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro, que solicita o envio de mensagem ao prefeito municipal de Florianópolis, pedindo que seja revista a decisão que alterou o tráfego na avenida Trompowski, no centro da capital.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0042/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviada a presidente da República, aos ministros Chefe da Casa Civil e de

Minas e Energia, ao presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, ao presidente da Petrobras e aos coordenadores dos fóruns parlamentares catarinense e paranaense no Congresso Nacional, apelando pela reversão do fechamento da Unidade de Operações de Exploração e Produção Sul, localizada no município de Itajaí, conforme nota oficial divulgada no último dia 17 pela Petrobras.

Em discussão.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra o sr. deputado Leonel Pavan, autor da matéria.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, há pouco eu já me referi sobre o assunto, porém não havia me referido sobre a moção.

Esta moção tem a digital de todos os deputados. Essa reivindicação não tem cores partidárias. Essa moção merece importância em função de todos os parlamentares estarem imbuídos para que a presidente Dilma Rousseff se sensibilize e volte atrás na decisão de fechar a unidade da Petrobrás. Essa moção é um pedido da Assembleia Legislativa de Santa Catarina e esperamos que seja atendido.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0043/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviada a presidente da República, ao diretor do Instituto Nacional de Meteorologia e ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, solicitando maior investimento no desenvolvimento de programas e projetos de pesquisas agrometeorológicas e de

acompanhamento das modificações climáticas e ambientais.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para segunda-feira, às 19h, em homenagem ao PMDB pela passagem dos seus 49 anos de fundação.

Está encerrada a presente sessão.